

III SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO – A VISÃO DO TCU SOBRE AS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O SENHOR FREDERICO JULIO GOEPFERT JUNIOR

*Secretário de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da
União*

(Palmas)

Boa tarde sou Frederico Julio e, daqui para frente, me chamem de Fred, se precisar. Sou Secretário de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União, cuja secretaria é chamada de SELOG.

Então, aqueles que trabalham na área de aquisições aqui do Poder Judiciário, muitos de vocês nos conhecem, e a SELOG é a unidade, no Tribunal de Contas, que recebe as representações e denúncias de, normalmente, licitantes contra certames licitatórios na administração pública federal, especialmente dos órgãos sediados no Distrito Federal.

Qual é a importância hoje da SELOG no Tribunal de Contas e, ousar dizer, na administração pública federal, porque antigamente, há 3 anos, o Tribunal trabalhava de maneira totalmente isolada nas secretarias. Então, eu tinha uma Secretaria X, que recebia denúncias e representações de licitação, e trabalhava isso, isoladamente. E, claro, as pessoas não se especializavam nesta matéria; era mais um assunto que o auditor de controle externo tratava. Ele tratava de contas, tratava de desestatização, pessoal e licitações e contratos.

Hoje, com a centralização disso, na Secretaria que sou titular, temos uma vantagem enorme que é estudar essa matéria dia a dia, pois só trabalhamos com isso. Acordamos, comemos, bebemos licitações e contratos. E isso é muito bom por quê? Porque estamos num fórum como esse, falando de igual para igual com conhecimento.

A minha apresentação pode se resumir em uma síntese das apresentações, que aconteceram agora no período da tarde toda, começando com a professora Luciana, passando pela Ketlin e terminando com a Teresa. A linguagem que vou trazer aqui é igualzinho. Isso mostra que o Tribunal está totalmente sintonizado com compras sustentáveis. E aí me deixa também bastante contente, quando ouço a Teresa falar, e é raro isso - foi a primeira vez, até gostaria de, se tiver filmado, pegar isso e mostrar depois o mito que é - **O Tribunal de Contas não deixa!**

Isso é uma grande falácia, um modelo mental extremamente ultrapassado e chato, para nós auditores que trabalhamos com isso, porque o Tribunal de Contas da União é um dos órgãos mais abertos a conversar com gestores. Isso aí é fato. Recebemos, semanalmente, licitantes, advogados, gestores, responsáveis para tratar dessa matéria.

Agradeço, mais uma vez, essa fala da Teresa para deixar muito claro que esse mito tem que cair. E aí vai, para aqueles, não sei se todos são de Brasília, essa é a sede do Tribunal de Contas e está aí a nossa missão, que é incorporada hoje muito claramente pelos auditores do Tribunal: aprimorar a administração pública em prol da sociedade, por meio do controle externo, aprimorar a administração pública. Não adianta mais - e aí, é claro, que temos que admitir que houve um passado em que o Tribunal era extremamente duro e punitivo. Como a própria Teresa falou, havia um respeito, mas um respeito por medo, e hoje isso mudou.

Óbvio, pessoal, também não podemos ser ingênuos, e não vou mentir aqui, que existem e continuam existindo punições. Agora, elas existem porque o caso, o ato foi muito fora da curva. Creio que a maioria dos senhores, somos servidores públicos e trabalhamos corretamente. E é muito difícil, atualmente, um gestor, que trabalha corretamente, sofrer um processo de penalização pelo Tribunal de Contas da União.

O que vou falar vou fazer uma contextualização de contratações. Claro, depois, passando para, com a especialização em compras sustentáveis, uma discussão sobre o processo de contratação, a inclusão de requisitos e algumas boas práticas, tanto em contratações quanto no uso de recursos naturais e de recursos administrativos.

O Tribunal de Contas da União, quanto a esse tema, atua nessas quatro vertentes. Como falei a minha Secretaria é de aquisições, mas temos a parte de contratação do Tribunal, que é a nossa parte administrativa, que tem as mesmas dificuldades que os senhores têm, porque são gestores. Não adianta achar que o Tribunal vai chegar aqui com uma solução:

— Olha, temos um modelo de contratação sustentável perfeito.

Isso não existe. As mesmas dificuldades nós temos. E temos, também, a nossa Secex Ambiental - que há uns colegas nossos de lá aqui, que fazem inclusive auditorias internacionais em meio ambiente. O Tribunal conseguiu, por meio de acordos internacionais, fazer trabalhos externos com apoio de outros países. E temos, também, a Segecex, no capítulo de prestação de contas.

Hoje há um item que pergunta para o gestor que ele tem que prestar contas disso:

— O que você está fazendo na sua instituição em termos de benefício para as questões socioambientais?

Isso é ponto do nosso relatório de gestão e das contas.

Então, o Tribunal atua de vários modos, sempre buscando que o gestor traga e incorpore, também, conceitos socioambientais.

Aquisições públicas: pessoal, o que é importante quando falamos em aquisição pública? Chama-se poder de compra do Estado. Foi falado aqui o quanto isso impacta no *PIB*, o quanto isso impacta no meio ambiente, o quanto isso impacta nos fornecedores, em quanto isso traz de informação para a própria população. E temos aqui vários benefícios: primeiro, não tem política pública, que vai ser implementada, que não tenha compra. É fundamental lembrarmos disso:

— Ah, mas não estou vinculado a compra.

Meu amigo lembre-se sempre daquela piada, que nunca sei se é verdade, que o camarada falou pra um servente da NASA.

— O que é que você está fazendo aqui?

E ele fala:

— Estou construindo foguete, ajudando a construir foguete.

As políticas públicas são sempre materializadas por meio de compras.

Outra questão que as compras públicas podem fazer:

— Melhorar o quê? Desenvolvimento econômico social e ambiental. E aí temos vários fatores: pequenas empresas, fatores de sustentabilidade, política de margem de preferência para inovação e tecnologia. Está tudo aqui: o poder de compra do Estado; isso é fundamental.

Mas, do outro lado temos vulnerabilidades. As compras públicas talvez sejam aquelas duas áreas mais suscetíveis a problemas. Quais são as áreas suscetíveis a problemas no Estado? Quem tem o dinheiro, quem tem a chave do cofre, então, quem vai comprar, e quem regula. Aquele que regula também é vulnerável. Por quê? Porque são os dois que têm poder.

E aí temos desvios de conduta, direcionamento, fraude, corrupção.

Temos, na outra ponta, tão problemático quanto, erros administrativos, erros de tomada de decisão, que causam desperdício e que, muitas das vezes, o efeito financeiro é maior do que a corrupção; a nossa ineficiência.

E temos ali, também, a oportunidade negativa de formação de cartéis, e uma questão até interessante, que às vezes nos esquecemos. Mas uma licitação de um produto mal formulada, mal planejada pode propiciar desabastecimento.

Vou dar um exemplo atual: o Estado brasileiro está comprando repelente por conta do mosquito *aedes aegypti*. E, muitas vezes, não encontramos o produto, porque o governo está comprando quase tudo. Então, é seríssima essa questão de como usar o poder de compra em benefício ou não da sociedade.

Mas, temos meios também de melhorar isso, prevenir e mitigar riscos. Primeiro, temos as compras eletrônicas, bens comuns, pregão e acabou.

— Ah, mas Fred, o pregão não traz qualidade.

Isso também é outro mito que temos que combater.

Boa governança: o que é boa governança, essa palavra governança? Pessoal, governança está vinculada a princípios básicos de liderança. Quem lidera a sua instituição? Como é que ele nomeia o pessoal da área de compras? É um camarada, que foi treinado, que é capacitado para isso? Ou é aquele camarada que, ainda acontece, dava problema, então, passa esse camarada para a licitação. É um castigo, só que é um castigo para a administração, para a sociedade, porque aqui precisamos de cara um profissional.

Estratégia e controle, gestão de riscos: é fundamental hoje, e talvez essa seja para mim a grande mensagem que o Tribunal vem passando, gestão de riscos. Pare, faça um *brainstorm* com a sua equipe e verifique o que pode acontecer, qual é a probabilidade daquilo acontecer e o correspondente impacto. E aí facilita

tomarmos decisão. Mas não, não fazemos gestão de risco, de uma forma geral, e não é algo difícil. Eu sempre prezo muito por essa tese.

Pessoal, não precisamos contratar, em muitas situações, consultorias caríssimas, se consigo fazer um bom *brainstorm*, o mapa de problema na minha sala, brincando com uns *post it* (s) aqui da Ketlin, e pregando na parede, porque quem conhece do negócio somos nós, quem conhece os problemas do seu órgão são vocês. É claro que *insights* externos são interessantes, mas um *brainstorm* nosso é muito mais importante. Muitas vezes, não fazemos isso, que é uma ferramenta facílima e de custo zero.

Controles internos e controle interno aqui, pessoal, lembrem-se, é um conselho técnico: não é aquela unidade do controle externo que fica lá te perguntando:

— Oh, me dá o relatório X.

Controle interno é o que o gestor, diante de um risco, de um problema, estabelece um controle. Então, por exemplo, para eu entrar naquela sala tem que ter senha: isso é um controle interno.

Segregação de função: quem atesta não paga, e assim vai, e pessoal qualificado.

Por último aqui, temos o conceito de integridade. Está fazendo o que a lei diz, tem princípios éticos, tem transparência? Então, temos uma série de soluções também.

Qual é o cenário atual? Muito crítico. A sociedade acordou, e ouvimos isso direto, acordou.

Penso que a sociedade ainda está sonâmbula, mas há uma demanda de melhores serviços públicos.

Outra coisa há um ajuste fiscal severíssimo. Não se fala em outra coisa a não ser corte de despesa: fazer mais, ou fazer o mesmo que fazíamos, com menos.

Por outro lado, tudo isso que estamos conversando aqui, temos que ser mais verdes mais sustentáveis. Como fazer isso com menos, ainda? Lembre-se de uma coisa, pessoal, de uma forma geral, o ser humano é perdulário. É bom viver no excesso, passamos no excesso, só que isto tem um custo seríssimo, um custo, em algum momento como esse, e custo para gerações futuras, porque vão arcar com o excesso. E cada vez que passa, as gerações futuras vão ter um custo muito mais alto.

Para finalizar, o gestor tem que acertar, tem que ser bom, não pode errar. E para piorar, vai prestar contas para um órgão igual ao TCU. Felizmente, estamos com discurso aqui de aprimoramento, mas antigamente não era assim. E prestar contas é uma obrigação do Estado de Direito. Aquele que gera recursos de outro, vai ter que prestar contas, ainda mais na sociedade brasileira.

Então, é fundamental percebermos esse cenário aqui. A OCDE põe aqui problemas ou mitos que a sustentabilidade traz. As compras sustentáveis são mais caras, todo mundo fala isso. Não há mecanismo para monitorar se a cadeia produtiva e se o produto ofertado são mesmo sustentáveis; não há incentivos para

os projetos que envolvam o conceito de sustentabilidade; não há fornecedores suficientes,

Pessoal, a OCDE não tá falando do Brasil, não. Isso aqui é um diagnóstico da grande maioria dos países. Em 2014, na época da bonança, fui à OCDE, justamente numa reunião de *public procurement*, que são as compras públicas. E tudo que estamos discutindo aqui, eles discutem lá. Todos esses anseios que temos aqui, essas dúvidas, eles também têm. Uns mais, outros menos.

Na quinta-feira passada, aqui em Brasília, teve uma palestra dada na Enap por um professor da George Washington University, que coloca exatamente as mesmas questões; claro que com as suas diferenças. Mas, todo mundo está buscando o aprimoramento das compras públicas. A OCDE põe medidas que seriam interessantes: clarificar o arcabouço legal, que no Brasil já é bacana, já é um arcabouço bastante interessante, moderno. Claro que podemos evoluir, mas penso que já há um embasamento razoável para estudarmos. Antigamente, discutia-se a viabilidade ou não de compras sustentáveis. Hoje isso aí é papo furado. Temos que pensar como operacionalizar. Ninguém mais aqui tem dúvidas da juridicidade disso.

Planejar as compras sustentáveis, considerando os custos de vida; conceito falado aqui a toda hora. Qual é o problema do ciclo de vida? É que é difícil para caramba fazer esse trabalho. É difícil, porque se temos uma equipe multidisciplinar, mapear esse procedimento e colocar ali todos os custos envolvidos. Mas, temos que começar a fazer, pelo menos, pessoal, naquelas compras impactantes. Vamos fazer uma curva abc. Quais são os gastos maiores do Estado brasileiro? Vamos atuar neles. Eu sempre gosto desse exemplo: participei de uma reunião dessas de sustentabilidade, em que uma gestora comemorou - e acho legal ela ter comemorado, porque todo avanço na administração temos que comemorar e muito - porque ela comprou uma Bic, uma esferográfica orgânica. É legal, mas o impacto é pequeno, pessoal, é pequeno. Como eu disse, vamos comemorar, mas, talvez, pudéssemos gastar essa energia em coisas que têm uma representatividade, uma materialidade maior. E, muitas vezes, passamos batido nisso.

Talvez, muito dos órgãos aqui não saibam qual é a sua compra maior, no ano que vai vir, em 2017. Por quê? Porque não tem uma coisa que para mim é básica, para o TCU é básico, pois falamos isso todo o dia: plano anual de compras.

— Ah, mas eu vou abrir o meu jogo.

Vai abrir o jogo o quê! É transparência, meu amigo. Você é servidor público.

Eu participei, no ano passado, de um evento na Caixa Econômica. Para mim foi, talvez, quando se fala em eventos de sustentabilidade de compras públicas, o melhor, a Caixa chamou os fornecedores no auditório, igual a esse, e falou:

— Ano que vem, eu vou comprar na área de informática isso, isso, isso; na área disso, eu vou comprar isso, isso e isso.

Chamou o TCU, chamou a CGU, chamou quem quisesse, sem medo, pessoal. É uma grande ilusão acharmos que o gestor público vai resolver o problema de compras sem conversar com a iniciativa privada. Sei que todo mundo tem medo, porque o camarada pode sempre estar com má intenção. Abra, ponha na internet, faça uma ata, tire foto. Não tiramos foto aqui? Não há um fotógrafo aqui

para tudo? Chame o cara. Vamos tirar foto aqui todo mundo abraçado. E diga que eu me reuni com isso, isso, isso, com esse fim, com essa finalidade. E acabou, publica no jornalzinho interno que há no órgão.

(Pergunta)... a sociedade em geral.

Isso, porque a audiência pública é o melhor, porque a lei fala nisso: grandes compras têm que ter a audiência pública.

Incrementar a divulgação das soluções, e assim vai.

Quais são os desafios, mesmo? O desafio, pessoal, é quebrar resistência, quebrar resistência de quê? Primeiro, do gestor. É difícil, você tem que sair da sua caixa, você tem que sair do modelo que me dá mais tranquilidade. Tudo o que já faço há um tempão, não tenho que esquentar muito, pois sei quais são os riscos.

Então, essa sensibilização é importante; quebrar essa resistência.

Um arcabouço jurídico mais positivo, embora ache que o arcabouço de contratações de sustentabilidade seja interessante, mas pode ter avanços, que são avanços que têm que ser pensados. Mas, por exemplo, certificação. O Tribunal mesmo, e aí não temos nenhum receio de falar, tem restrições à certificação, por quê? Porque a certificação é uma coisa ainda complicada no país. Mas a certificação não pode ser para mim; a certificação tem que ser aberta para todos; a certificação tem que ter clareza em relação ao que está sendo certificado. Certifico um procedimento do processo produtivo, uma fase, e digo que está tudo perfeito. Mas, não é aquilo que estou contratando?

Penso que, por exemplo, certificação em termos de bens é uma coisa mais fácil, e que temos que avançar. E a legislação podia vir; o RDC fala em alguma coisinha, mas precisávamos ter um ganho mais incisivo da legislação.

Outra questão: a pré-qualificação, também. A pré-qualificação seria uma coisa bastante interessante. Mas, no Brasil é de alto risco, porque você se pré qualificou e sabe quem vai concorrer. Se você sabe com quem vai concorrer, a possibilidade de conluio aumenta muito. Qual é a vantagem do pregão? É que não sei quem está do outro lado, não sei nem o lugar que ele está. Quando eu sei de todo mundo, e se esse universo for pequeno, é ruim.

Pessoal, para aqueles que trabalham na área, só fazendo um adendo aqui: licitação boa é a que tem competição. Se não tiver competição, não é boa.

Então, temos que ter um mercado em que consigamos induzir à competição.

Dilemas: preço X qualidade:

— Ah, mas faço pregão e não consigo contratar a minha caneta BIC.

Preço X critério de sustentabilidade.

E além de tratar preço, tenho que atender aquilo que a lei diz. Os critérios têm que ser objetivos e justificados; têm que ter isonomia, transparência. E a minha avaliação do produto ou da proposta tem que ser objetiva, também.

Como resolvemos isso, pelo menos em parte? Com bons critérios de habilitação e com boa especificação do produto; específica.

A Teresa deu um exemplo da torneira. Por que compro torneira com contemporizador e ninguém fala nada? Porque ela é mais cara, e ninguém fala

nada. Nunca vi ninguém reclamar de uma torneira com temporizador, pois foi especificado, justificado, e comprou e acabou. E deve ter mercado competitivo.

Então é importantíssimo a especificação e importantíssimo os critérios de habilitação. Vou dar um outro exemplo interessante sobre terceirização.

Antigamente, terceirização era dos contratos que mais davam problema. Por quê? Lam para o pregão critérios de habilitação extremamente frágeis. As empresas competiam porque havia uma competição violenta, abaixava o preço demais e não conseguiam cumprir o contrato.

Só no Tribunal de Contas da União, não é num orgãozinho, coisa pequena não, que está ali despreparado, dezoito contratos de terceirização não conseguiram chegar ao fim; ou empresa pediu para sair ou quebrou. O Tribunal, junto, se não me engano até com a AGU, com a CGU, com a SLTI fizeram um grupo e definiram muita das vezes até critérios mais restritivos do que a própria lei. Felizmente ninguém nunca questionou isso, e estabeleceu uma série de critérios de habilitação muito mais rigorosos. Depois disso, que o tribunal gerou esse acórdão, que se chama 1214, e foi materializado na IN 2 da SLTI, o Tribunal não teve mais problema com terceirização. Então, critérios de habilitação bem definidos e uma especificação bem definida, minimizamos isso. Preço é bom se atende àquilo que foi especificado, e mais, se atende o interesse público. Se não atende o interesse público e não foi especificado, não pagamos um bom preço.

Riscos e oportunidades que temos quando falamos em contratação pública sustentável.

E aí, vou ser chato e repetitivo, mas vou tomar mais uma vez a Teresa, como exemplo, que falou, logo no começo da fala dela, que a compra sustentável pode ser a grande mudança na contratação pública. Saímos daquele modelo normal da caixinha e dá um grande avanço, porque consigo colocar uma série de outras características e requisitos que a compra pública se torna extremamente qualificada.

Então, realmente, a oportunidade é grande. Agora, essa oportunidade, pessoal, mais uma vez insisto e vou insistir aqui até o final: o gestor sozinho não vai fazer, vai ter que chamar a iniciativa privada. E temos que, mais uma vez, estarmos preparados para isso. Preparados como? Transparência, pessoal. Não podemos ter medo. Se não chamarmos a iniciativa privada, penso que o avanço vai ser milimétrico. Minha opinião, claro.

E outra coisa interessante: se conseguirmos induzir uma boa indústria nacional nesses quesitos, boas práticas, isso nos dá reputação internacional também. Saímos daqui e teremos uma possibilidade inclusive de melhoria na economia com o PIB, exportando bens sustentáveis. E o Brasil tem uma vocação para muitos bens que são tradicionais no mundo, que o mundo já conhece, pela própria natureza, pelo tamanho dos nossos recursos naturais e pela nossa vocação, também agrícola.

Processo de contratação e sustentabilidade: são vários os atributos - isso já foi falado várias vezes - mas temos sempre que lembrar que o objetivo final é o meio ambiente e o bem-estar social. E ali vai de tudo. Vamos lembrar daquele caso, que eu falei, do desabastecimento, só para vocês verificarem o quão importante é:

quando o governo brasileiro falou que ia comprar repelente, se eu não me engano eram três milhões de litros. Os vidrinhos são de 200 ml. Quantas embalagens vão ser necessárias? E depois o que fazer com isso? Olha o tamanho da complicação.

Contratações sustentáveis: muitos dos Senhores não são da área de licitação e contratos, então vou fazer uma breve abordagem aqui rapidinha. Uma contratação pública é basicamente dividida nessas três fases: planejamento, escolha do fornecedor, execução contratual. Onde é que estão os problemas? Ouvimos muito a palavra licitação, licitação. Pessoal, não é na licitação, é no planejamento e, mais, é na execução onde o governo toma balão. Na execução, Por quê? Porque o cara não entrega. Não estou falando de não entregar o produto; ele não entrega a qualidade, muita das vezes. E por quê? Porque não temos fiscal que dê conta de fazer, que entenda daquela matéria. Preciso ter fiscais que entendam. Como é que vou receber, por exemplo, um aparelho de multimídia, uma solução de multimídia, se não tenho alguém que mexe com isso? O cara põe qualquer coisa ali. Entenderam o quão complicado é?

E a fase de planejamento tem que ser multidisciplinar. Tenho que ter feedback do gestor do contrato, tenho que ter feedback do fiscal do contrato, tenho que fazer uma boa definição. Por que, como é que se faz uma compra? Pessoal, de uma parte tenho uma necessidade, aqui nessa ponta, e tenho que achar uma solução. E vou além. Precisamos daquilo mesmo? Muita das vezes tenho orçamento. Agora não, porque estamos nas vacas, magras e esse papo morreu. Mas há 4, 5 anos, o orçamento bombava. E, tenho que gastar, porque gestor bom é aquele que gasta o orçamento e, no final do ano, fala:

— Cumpri as metas e gastei tudo.

Uma coisa que nunca entendi é essa lógica. Para mim deveria ser assim: gestor bom é aquele que te dou 100, e você fez tudo e me devolveu 20. E fez tudo. Mas não, ele gastou 100 e aí compra cadeira, NASA, compra um computador, NASA. Acompanhamos essas comissões do *impeachment*. Aquela sala tem dois telões, e cada cadeirinha tem uma tela. Para quê, aquilo, se é uma sala desse tamanhozinho. Mas, tenho dinheiro para caramba. E, depois, para a manutenção diz:

— Quanto custa?

Quanto custa a hora que tiver que acabar com aquilo?

Então, pessoal, é fundamental, e isso tudo é no planejamento. E, mais, é no planejamento que, além da solução, temos que definir o preço. Temos que fazer uma boa pesquisa de preço, que é difícil, porque o fornecedor não quer dar. E aí, qual é a solução? Vai para o comprasnet, vai buscar na administração. Pelo menos, temos uma alguma coisa que foi contratada. Não fique com aquele outro mito de três propostas de fornecedores. Isso aí, meu amigo, é um risco altíssimo para o gestor adotar essa postura, altíssimo. E aqueles problemas de que falei na execução contratual.

Como é que resolvemos especificação? É no termo de referência, no estudo técnico preliminar, é uma equipe requisitante. Mais uma vez, se não forem pessoas preparadas, capacitadas, esse termo de referência, esse projeto básico vem, mais

ou menos ou ruim. E, aí, a compra é ruim. Planejou ruim não tem licitação que vá dar certo, e não tem execução contratual que vá dar certo, pessoal.

O maior problema hoje do TCU, para quem compra sustentável, critérios de sustentabilidade. Em que momento vou colocar esse critério? Esse é o grande problema. E aí há uma conceituação da lei que, talvez, no futuro, tenhamos que estudar isso melhor. Por isso que a lei tem que ser objeto de coisas. Mas, no momento atual, a lei diz o seguinte: critério de habilitação, e o que é isto? Critério de habilitação é me habilitar para participar.

Eu quero participar, e os critérios de participação são aqueles do rol exaustivo da lei. Qualquer outro ali é de alto risco, você inviabilizar a sua solicitação. Então, você fala:

— Poxa, Fred, como é que eu resolvo?

Coloca isso como especificação do bem, na execução contratual, e põe pesadas penalidades para aquele que não cumprir.

O art. 7º da Lei do pregão diz: aquele que tumultuar - estou generalizando, pessoal, porque vou usar só o tumultuar - um pregão tem que ser apenado. Em resumo, temos que fazer o quê? Abrir um processo administrativo da ampla defesa, contraditório, verificar as circunstâncias e, se for o caso, declarar até inidoneidade desse camarada. Por que isso, pessoal? Estamos reunidos aqui, bolo de gestores públicos, na melhor das intenções, mas quero, também, que a iniciativa privada trabalhe com integridade, com ética, e que cumpra o que tem que fazer. Qual é a mensagem que o setor público tem que fazer? Se você não cumprir o que você prometeu, vou te expurgar desse mercado. E isso, temos que fazer.

Conversei com Salatiel, que é do CNJ, da parte da Secretaria de Administração do CNJ, e ele falou que eles fazem isso. Praticamente acabou esse camarada, essa empresa que vai lá e tumultua o pregão, que dá lance, baixa e depois não cumpre, ou que ganha em falar:

— Ah, eu não quero mais.

Por quê? Porque sabe que o CNJ abre processo e pune. E todo órgão que faz isso, deixa uma mensagem muito clara: aqui se trabalha corretamente. E é fundamental isso.

Então, para não frustrar a competição, porque a competição é para se habilitar a participar, não coloque isso como cláusula de habilitação, coloque como exigência do contrato, como requisito para formalização do contrato, algo dessa natureza, que é o que está aqui, justificado.

Lembrando, atributos de sustentabilidade, no final das contas, podem gerar duas questões: primeiro, aumento de custo e, conseqüentemente, do preço, e restrição ao caráter competitivo.

Como é que eu, gestor público, tenho segurança para evitar um questionamento *a posteriori*.

E aí a Teresa, que me atendeu, já respondeu. Você vai justificar nos estudos técnicos preliminares o porquê você tá colocando ali, o porquê que o interesse público está sendo atendido, o mercado que vai atendê-lo e a estimativa de preço e benefícios.

— Poxa, Fred, é difícil.

É difícil, pessoal, se fosse fácil não estaríamos aqui. Não tem jeito, esse assunto é difícil. E porque é bom estarmos numa reunião dessas? Porque a AGU é forte nisso; o tanto de produto que a ela tem. O TCU vem na mesma visão, uma visão proativa desse assunto, aquela visão que vai ajudar a dar segurança ao gestor.

Os órgãos públicos, nesse Sistema U, que causa tanto alvoroço, CGU TCU, AGU, PMU, etc., estamos falando a mesma língua.

Ações sustentáveis, boas práticas, e algumas a serem evitadas. Aqui o slide talvez não fique bom, mas o TCU também tem que fazer o dever de casa, e está fazendo. E está fazendo com as mesmas dificuldades dos Senhores, e passando pela mesma crise financeira orçamentária dos Senhores. Sempre brinco, e não tenho, como disse sempre bastante transparência, que o Tribunal é um órgão rico, é um dos primos ricos da administração, que sabemos que existem primos ricos na administração. Mas, estamos empobrecendo. O que tem de restrição hoje no Tribunal é uma barbaridade: o ar condicionado só liga de tanto a tanto, acabaram as garrafinhas, tem-se que ir lá, acabou o café, as lâmpadas diminuíram ao excesso, e assim vai.

Ali estão dez atitudes; entre elas, privilegia-se a luz natural; desligue o seu computador, porque muita gente não desliga o computador, deixa-o ligado *full time*, vai embora; imprima apenas o necessário, embora o Tribunal hoje tenha uma vantagem, porque já há uns 4 ou 5 anos, se não em engano, pois já perdi até a conta, temos processo eletrônico. Então, a impressão diminuiu um pouco, não quer dizer também que acabou, mas diminuiu bem. Devolva os seus equipamentos ociosos - foi o que falou aqui a Ketlin. O tanto de equipamento e de material de consumo é uma barbaridade. Se a sociedade brasileira visse alguns casos, teríamos que pagar por isso, os absurdos que são. O uso de tecnologia, e-mail, videoconferência, sim, vão estar aí, algumas.

Assisti à apresentação da Luciana, assisti à apresentação da Ketlin, que até vai me puxar à orelha, porque coloquei ali um comitê permanente, e ela põe uma unidade socioambiental. Vou corrigir esse meu slide, mas faço uma ponderação, que é a seguinte: como falei aqui, existem os órgãos públicos ricos, que é o TCU, que é o STJ, que é uma Receita Federal, órgãos extremamente empoderados. Esses órgãos têm condição de ter uma unidade socioambiental, pois muitos outros não têm. Então, eles têm que ter algum comitê. Vou rever esse slide, mas eu acho que é importante termos a dimensão de que os órgãos públicos no Brasil são muito díspares, em termos de estrutura, de capacitação, de pessoal. Temos algum tipo de comitê já é um avanço, porque o camarada tem que fazer um diagnóstico; estabelecer um plano de gestão como uma ferramenta de planejamento, pessoal. É fundamental pensarmos nisso; ferramenta de planejamento. Onde é que eu vou atuar? Qual o custo? Pois todo custo de mudança é alto. Aqui tenho números, dados, informações.

Coloquei ali que é interessante que no STJ há uma análise preliminar de riscos, que é algo muito legal que sempre falei: pessoal, precisamos fazer gestão de

risco. O STJ coloca, lá no PGLS ou PLS, ameaças e oportunidades em relação à própria existência, que é muito legal isso. E, pessoal, não se sintam intimidados em copiar e façam como eu, vou fazer uma confiança engraçada: quando fazia segundo grau, estou vendo a Adriana ali, pois fiz segundo grau com ela, mas não estudamos na mesma sala, mas no mesmo colégio, e tinha uma aula, que na época havia estudo técnico. Olhem como eu estou velho; nos especializávamos em técnico. E eram práticas biológicas, um negócio assim, ou clínicas. E o primeiro relatório peguei de um primo meu que tinha feito primeiro. Eu copiei o relatório dele - isso é um ilícito, pessoal, mas já prescreveu - só que tirei nota melhor do que a dele. E o irmão dele, que era muito chegado a mim, falou:

— Poxa, Fred, não entendo, você copiou e ainda tirou a nota melhor.

E eu falei:

— Espera aí, copiei, mas melhorei.

Então, pessoal, não se sintam intimidados em pegar esses grandes exemplos que temos. A AGU colocou aqui milhares de editais padronizados, que são fundamentais, porque vou inventar se está pronto? E realizar campanhas de capacitação, promover ações de racionalização de uso. Tem uma coisa que gosto muito: promover coleta, monitorar o diagnóstico. Aqui é que gosto: divulgar por setor, é a competição positiva. O meu setor é mais sustentável que aquele; e é uma competição positiva, pessoal.

Lá no Tribunal, teve uma época em que eles mandavam para cada - não sei por que pararam com isso, talvez estivesse causando algum problema - setor o quanto gastava cada ramal de telefone. Na hora que começou a publicar isso, o custo baixou rapidinho, porque sabíamos em qual ramal a pessoa ficava dependurada no telefone. Então, é muito interessante.

Divulgar o resultado: pessoal, não adianta fazermos políticas bastante interessantes se não divulgarmos, mostrarmos os benefícios e celebrarmos. A administração pública precisa celebrar também os avanços, porque sabemos que é difícil, é uma máquina pesada. Não é todo órgão que tem uma Ketlin, que canta, e nos anima com essa mensagem extremamente positiva. Então, temos que celebrar.

Agora, boas práticas de aquisição: padronizar e divulgar as especificações. Isso é fundamental, o mercado tem que saber o que vai ser comprado, tem que se preparar. Gosto muito dessa ideia. Daqui a x anos, que é política mesmo, só vou comprar este produto com estas características socioambientais, ponto. Não é amanhã que pego todo mundo de surpresa, daqui a tanto tempo, tenho uma política que vou falar: só compro isso. Se você se adequou, beleza, se não se adequou, está fora, vai partir para outro mercado. A administração pública não vai comprar o seu produto.

Promover inventário de bem para saber o que você tem e o que precisa.

Buscar compras compartilhadas: e como faço compra compartilhada de fácil execução? Registro de preço. Mapeio as demandas e as executo. E há algo que hoje a administração faz com muita tranquilidade. A respeito de preço, ninguém tem mais dúvida.

Ter uma política de compra e ter aquilo que falei um pouquinho antes: um plano anual de compras. Pessoal, o que vou comprar no ano que vem? A maioria dos órgãos não tem isso.

— Ah, mas eu não consigo planejar com essa antecedência!

Mas, pelo menos aquelas grandes compras, você sabe que tem compras estratégicas. Trata-se da curva ABC, novamente. O que é importante? O que é material? O que tem risco? Pessoal, são aqueles critérios que nós, auditores, trabalhamos diariamente.

Relevância, materialidade, risco e tempestividade: isso não é nada de outro mundo. Podemos executar facilmente, lembrando: materialidade, coisa que tem relevo, em termos de dinheiro. Risco: porque pode impactar uma política pública, pode impactar no meu dia a dia na execução do meu trabalho. Relevância porque tem, além do meu trabalho, um impacto grande fora. E tempestividade: tem que ser o tempo que preciso.

Uma licitação, que arrumou um bom preço, mas fora do *timing*, não é boa.

Outra questão que não lembramos, como gestor público: muitos produtos são feitos para acabar em determinado tempo, e pior, não tem nem peça mais. E não é tanto tempo assim não, às vezes 5 anos um produto já era. Se tivermos noção dessa possibilidade, evitar esse tipo de produto.

Outra questão: garantia. Quanto maior a garantia melhor, porque ele é durável. São questões que não levamos muito em consideração.

Outra questão que me chama muito a atenção: não precisamos inventar a roda, mas existem muitas ações e práticas consagradas, e a gente não está fazendo. É admissível não adotar algo novo ou inventar, mas é inadmissível uma prática consagrada, e o seu órgão não fazer.

E, por último, atentar para o licenciamento ambiental, esquecemos também desse conceito. O decreto lá de Minas já avançou. Para determinadas contratações tem que ter licenciamento ambiental do fornecedor, senão nem participa. Isso foi questionado no Supremo e este disse que estava constitucional. Então, é uma questão bastante interessante.

E o que deve ser evitado? Primeiro: critérios que não têm nada a ver com a contratação, e acontece.

Tivemos um caso no Tribunal que o camarada, na ânsia de identificar critérios que poderia colocar, começou a colocar coisa que não tinha absolutamente nada a ver com o produto. Óbvio que, nesse caso, o Tribunal determinou a anulação da licitação e vai fazer outra.

Exigir critério só para fazer estatística e dar uma satisfação nas contas. E quando vamos lá e pedimos uma prova material não existe. Também para que isso? Não precisa disso. É melhor começarmos devagarinho, como sempre falamos: comece pequeno, pense grande e não tente fazer estatística, que não tem nada a ver.

Critério de sustentabilidade que eu não consigo fiscalizar: não tenho ninguém apto ali, então fica um troço meio complicado.

Fornecedor, pessoal, não é bobo; entra no seu órgão, se for um serviço de natureza continuada, e vai testar.

— Poxa, essa fiscalização aqui é frouxa!

Isso é do ser humano, tudo o que é mais frouxo, a tendência é ficar largado mesmo! Não é assim:

— Ah, poxa, porque o fornecedor é um mau caráter.

Não, isso é natural; ele percebe que está ali solto - cara vou botar dois camaradas aqui, dão conta. Falei que eram três, mas dois dão conta.

Bom, precisamos ter uma fiscalização eficiente. Exigir que se especificasse aquilo que seja objetivamente identificado. E outra coisa, que é fundamental: o que é de certificação obrigatória tem que constar? Acabamos de falar que certificação é uma coisa complicada, mas o Inmetro certifica uma série de produtos, e todos esses são obrigatórios. É claro que, se não estiver no edital, mesmo assim, é obrigatório que o fornecedor tenha essa certificação. Mas, se está ali na legislação, já ponha no edital para não ter riscos depois de alguém ficar questionando. É fundamental, pois quando falamos de sustentabilidade - e aí, Ketlin, você me permita uma sugestão para o IV Encontro, eu trazer o Inmetro. O TCU abre mão e deixa o Inmetro, porque o TCU, o que eu falar aqui já fica mais ou menos para a coisa. Mas, o Inmetro é fundamental. Eles é que vão ajudar a definir critérios ambientais, pois têm uma preocupação muito grande com isso também.

Em suma, falei aqui 40 minutos. Vamos resumir porque tá todo mundo muito cansado, e todos aqueles psicólogos e psiquiatras, que a Ketlin falou, que analisam os servidores públicos no Brasil e na América do Sul, aqueles 50 mil servidores, disseram a mesma coisa: uma palestra de 40 minutos só consigo gravar 5 minutos, isso se o palestrante ainda for charmoso, que não é meu caso.

Então, em suma: licitações sustentáveis, pessoal, é matéria da hora; não existe mais essa questão de ter dúvida jurídica, nada disso. Temos que colocar em prática, e esses fóruns são eficientes. Temos várias, mas várias boas práticas, que têm que ser seguidas: têm efeito no desenvolvimento regional, na equidade social, num comércio justo, novos negócios, incentivo à micro, benefícios à saúde e redução de impactos ambientais. É fundamental que incorporemos esse conceito, pois temos que avançar sair dessas compras, do modelo tradicional e partir, cada vez mais, para esse modelo de compras sustentáveis. Óbvio que é muito difícil esse salto sair de uma hora para outra, é tudo gradual. Mas, como falei cada vitória vamos comemorar.

Problema a ser resolvido, uma sugestão de ação, porque também venho aqui, falo 40 minutos e não dou nada. Pessoal, insisto na minha tese de que temos um problema. Como melhorar a qualidade? Primeiro, adotar o que estiver consagrado, pois temos muitos exemplos. Então, não tem motivo para ficar esperando e inventar. Tem muita coisa consagrada; é um dos temas hoje de maior bibliografia na internet, em termos de compras, é isso.

Segundo, se não tenho um modelo consagrado e preciso avançar, tenho que estabelecer critérios. E, ao mesmo tempo, pessoal, como fazer ponderações, dá peso. É fundamental essa questão.

Qual é o meu critério, ou quais são os meus critérios, e qual é o peso? Vamos tentar fazer, nesse *brainstorm*, nesse mapa de processo a definição de qual é o melhor caminho a ser tomado, levando sempre em consideração o seguinte: qual é o esforço a ser despendido? Por que vou gastar minha energia, que é escassa, para comprar caneta ecológica, se gasto milhões em outro tipo de contratação que está totalmente a descoberto. Então, tenho que focar nisso.

Segundo, quais são os benefícios direto e indireto, que estão totalmente linkados com a primeira pergunta?

E, terceiro, que penso ser a mensagem que todos passamos aqui; quem vai fazer isso? Você, sozinho? Não vai fazer pessoal, não vai fazer. O seu órgão, muita das vezes, também não vai dar conta de fazer sozinho. Temos que trabalhar unidos; o serviço público brasileiro é muito caro. Quanto custa o STJ? Quanto custa o TCU? Quanto custa a Justiça para ficar cada um no seu quadrado sem trabalhar em sinergia?

E é ótimo um seminário como esse que, pelo menos, uma coisa fica muito clara: as mensagens, todas, estão bastante claras e todas no mesmo caminho. É como a Ketlin disse: vamos ter que levantar da cadeira. Só que não vou fazer essa brincadeira com vocês, ok?

Compras sustentáveis: não costumo, nas minhas palestras, embora, vez por outra, sou obrigado a fazer, ficar colocando acórdão no Tribunal, porque acho uma coisa um pouco chata, acórdão do Tribunal. Temos um site lá com jurisprudência sistematizada: coloca-se a palavra “sustentabilidade ambiental”, vamos achar tudo.

Mas, gosto muito dessa mensagem de 2015, que diz assim:

“É legítimo que as contratações da administração pública se adequem a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da contratação. Deve constar expressamente dos processos a motivação fundamentada.”

Pessoal, mais uma vez, para aqueles que não conhecem o Tribunal de Contas da União, para aqueles que nunca trabalharam com o Tribunal de Contas, o Tribunal trabalha com o princípio da verdade material, que é um princípio um pouco diferente do princípio do Judiciário, pois trabalha com um viés também de verdade formal muito forte. No Tribunal, não precisamos das filigranas jurídicas que, muita das vezes, são discutidas em processos do Judiciário. Lá no Tribunal, é preto no branco. Por que você fez isso? É assim que funciona. Se tiver justificativa, 99%, o Tribunal vai falar beleza. No máximo, vai falar: oh, você podia ter feito isso. O que pegamos muito, é que não há justificativa em nada. O camarada na pressa ou, não quero falar em má fé, não justifica o que está fazendo, pois ele direciona, coloca critérios de habilitação, que não existem, e assim vai.

Existe um outro problema, que até entendo, mas infelizmente ou felizmente, somos uma administração pública.

— Poxa, conheço aquela empresa. Ela me dá tanto trabalho; eu não quero ela aqui.

Pessoal, se você não a apenou, ela vai continuar competindo. E você não tem jeito de fazer uma cláusula habilitatória para excluí-la, porque você está

correndo o risco de ser responsabilizado por um direcionamento ilegal. Então, na dúvida, a mantenha lá, cobre, coloque sanções cada vez mais claras e mais pesadas na execução contratual, e a apene.

— Ah, dá trabalho!

Dá trabalho, mas a administração pública ainda, e vai ser por um bom tempo, um pouco burocrática, porque estamos premido pela legalidade extrema, no sentido de eu não poder fazer coisa ao meu bel prazer, como poderia fazer se a empresa fosse minha.

Considerações finais; para encerrar, o TCU tem muito material, aqui há uma série de material de licitações e contratos. Mais uma vez, prestigiando a AGU, está ali também o arquivo de *download* para as orientações da AGU.

Temos também riscos e controles nas aquisições: isso é um trabalho, que mapeamos um processo hipotético de contratação. E colocamos todas as fases ali, onde você clica e tem legislação, jurisprudência, algum embasamento teórico contundente sobre aquilo, e com uma coisa que é muito interessante, com algumas sugestões. Trata-se de um trabalho que procuramos manter atualizado, mas é público e está aí; usamos muito riscos e controles na administração. Até para aqueles que querem entender claramente um processo de licitação está aí.

Só um detalhezinho, porque estou vendo muita gente tirando foto. Pessoal, a apresentação é pública, fica aqui, se por um acaso não conseguirem, é só entrar em contato com a SELOG, que mandamos, para não ficarem estressados. Mas, vou deixar no final os contatos, mas a apresentação é totalmente pública.

Gosto de finalizar a minha apresentação com um anjinho. E, por que isso, Fred? Porque é o seguinte: a visão do Tribunal, como falei no início, é daquele modelo mental do diabo, daquele modelo que vem para te ferrar, do auditor com a faca nos dentes, e assim vai. Pessoal, esse modelo mental vem sendo alterado. Como falei a nossa missão é aprimorar a administração. E, sempre gosto dessa mensagem,

Estamos sempre abertos, e tenho a certeza que todos vocês serão extremamente bem recebidos no Tribunal para discutir qualquer assunto.

As mensagens finais são essas: preze pelo planejamento, pela qualificação e pela transparência. Os problemas estão aí. Quando falamos em sustentabilidade, vamos ao cinco erros: repensar preciso comprar aquilo mesmo? Reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar, que é o que mais gosto. Temos que, em alguns momentos, falar não. Não vou comprar, não preciso. O meu computador dá conta de ficar mais dois anos aqui tranquilamente, porque o meu lá de casa tem 10 anos e funciona.

— Ah, mas você não mexe com gráfico.

Sim, não mexo, mas lá no TCU também não mexo com nada digital que precise daqueles processadores quilométricos. Preciso da internet, que ele entre no e-TCU e acabou. Se você precisa fazer desenho gráfico, vai ter 1, 2 computadores na Instituição para isso; não todas as máquinas. Outra coisa que nunca entendi, porque uma vez alguém me falou que era até mais barato. Todas as máquinas no TCU têm um gravador ou um tocador de DVD. Nunca vi ninguém ver um DVD no

TCU. Não estou falando de filme não, mas de trabalho. Ninguém, e todos têm um drive, pelo menos tinham, não sei se os mais modernos têm, porque o meu computador ainda é velho, totalmente desnecessário.

Adote critérios de sustentabilidade, mais uma vez, não como habilitação, ok pessoal? Não pode porque a lei é exaustiva.

Vou deixar a minha última mensagem: me graduei em Agronomia, na UnB. Depois, fiz um curso de Direito, e no meu convite de formatura, há um bom tempo, não vou falar quando, tínhamos aquela mensagem na nossa foto, há muito tempo, heim, pessoal?

SEJA MADURO, DEFENDA O VERDE!

Muito obrigado, o TCU está à disposição, e aqui estão os nossos contatos.

(Palmas)

MESTRE DE CERIMÔNIA

Agradecemos a presença de todos e informamos que os trabalhos serão retomados amanhã, a partir das 9 horas.

A todos uma boa noite.